

**EDITORIAL**

**Ed. Vol. 5, Núm. 11 #2018**

A Revista Culturas Jurídicas chega ao seu décimo primeiro número movida pelo objetivo constante de buscar a excelência dos textos aqui publicados como forma de prestigiar tanto os autores e as autoras que nos agraciam com sua preferência como os leitores e as leitoras que nos honram com seu interesse. O tema deste volume é Constitucionalismos transformadores em perspectiva: natureza, recursos naturais, economia e sociedade.

Antes de adentrarmos o espaço dos artigos, é necessário registrar os dez anos da promulgação da atual Constituição do Equador, oficialmente denominada a *Constitución de la República del Ecuador*, e conhecida como a “Constituição de Montecristi” em referência à cidade da Província de Manabí onde a Assembleia Nacional Constituinte – cuja criação fora aprovada por ampla maioria (81,7%) em consulta popular realizada em 15 de abril de 2007 – se reuniu para os trabalhos.

Composta por 130 constituintes, a Assembleia Nacional Constituinte se instalou em Montecristi em 30 de novembro de 2007 dotada de plenos poderes, pelos quais imediatamente dissolveu o Congresso Nacional tomando para si as funções legislativas da República Equatoriana. Foram formadas dez comissões temáticas que finalizaram seus trabalhos na noite do dia 24 de julho de 2008, tendo o novo texto sido aprovado por 94 dos 130 constituintes. Em 25 de julho de 2008, a Assembleia foi formalmente extinta, com a apresentação do texto da nova Constituição, composta por 444 artigos divididos em nove títulos.

Apresentado o texto final, a autoridade eleitoral equatoriana convocou um referendo constitucional para o dia 28 de setembro de 2008, cujo resultado – 69,9% “Sim” – foi publicado em 16 de outubro do mesmo ano. A vigência da Constituição teve início a partir de sua publicação no *Registro Oficial*, em 20 de outubro de 2008, dando início a um período de transição até as eleições gerais marcadas para 26 de abril de 2009. A Constituição de Montecristi foi emendada em 2011 por meio de um novo referendo popular.

Dentre as quebras de paradigma da Constituição Equatoriana de 2008 podemos ressaltar, como explicitado em seu Preâmbulo, o reconhecimento da pluralidade cultural e social do povo equatoriano, a celebração da natureza (*Pachamama*) como parte das múltiplas nações em um grau até então inédito, o repúdio à dominação e ao colonialismo, o comprometimento com a integração latino-americana e a busca ao *Sumak Kawsay*, expressão da língua quíchua que se traduz como “*buen vivir*” ou bem viver.

A busca pelo “bem viver” é mais do que a tradução direta do termo leva a crer: significa a adoção de um modelo de desenvolvimento de longo prazo que consiste em uma coordenação dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais que busca romper com as máximas do desenvolvimento capitalista. Os direitos de “bem viver” compreendem direitos à água e alimentação, ao meio ambiente sadio, à comunicação e informação (descentralizadas, livres e multiculturais), à cultura (incluindo à construção da própria identidade cultural) e à ciência, à educação humanística (dever inalienável do Estado), à habitação e à moradia, à saúde e ao trabalho e à seguridade social.

Em uma época em que o (neo)liberalismo desenfreado parece ter capturado a narrativa oficial e estar vencendo a batalha pela preferência pública, um olhar para o constitucionalismo latino-americano – cujo estudo é uma das principais razões de existência do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UFF, que sedia esta publicação – pode nos lembrar que outro caminho é possível, e que a luta por igualdade carece de solidariedade, não de indiferença.

Adentrando então o espaço dos artigos, este décimo primeiro número da RCJ teve os seus três primeiros artigos publicados de forma antecipada, em formato “*ahead of print*”.

A primeira contribuição é do professor mexicano Jaime Cárdenas Garcia, pesquisador e professor do *Instituto de Investigaciones Jurídicas* da UNAM (*Universidad Nacional Autónoma de México*). Apresentado de forma bilíngue no original em espanhol e traduzido do original para o português por Emanuela Gava Caciatori e Lucas Machado Fagundes, ambos membros do grupo de pesquisa “Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano” da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Intitulado “Os problemas de exigibilidade e justiciabilidade dos DESCAs: o caso da constituição da

Cidade do México”, o texto faz um estudo do processo de criação da Constituição da Cidade do México, promulgada em 31 de janeiro de 2017 como encerramento do *Pacto Por México*, iniciativa que envolvia os partidos PRI, PAN, PRD e a Presidência do México. O documento político resultante é então estudado com enfoque nos DESCAs (*Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais*), mormente devido a ter sido alvo de sete impugnações perante a Suprema Corte Mexicana.

O segundo artigo é da lavra dos professores doutores estadunidenses da *Harvard University* (EUA), da *University of Chicago* (EUA) e da *University of Cape Town* (África do Sul), John L. Comaroff e Jean Comaroff, em versão traduzida para o português pelo editor-assistente e mestrando do PPGDC/UFF Renato Barcellos e revisado pelas também editoras-assistentes e mestrandas do PPGDC/UFF Maria Clara Conde Moraes Cosati e Thaiana Conrado Nogueira. Sob o título *Nations with/out Borders: Neoliberalism and the Problem of Belonging in Africa, and Beyond* (Nações com/sem fronteiras: o neoliberalismo e o problema do pertencimento na África – e além), o artigo com base fortemente antropológica busca analisar a porosidade de fronteiras na África do Sul e outros países frente à imigração, partindo da não-fixação de fronteiras geográficas como característica principal do corpo político de Neure, bem como da filosofia schmittiana. Os professores Comaroff constroem seu argumento com uma genial narrativa envolvendo queimadas e insatisfação, alienígenas e estrangeiros, estranhamento e pertencimento.

O terceiro artigo – encerrando a trinca publicada na forma de *Ahead of Print* – foi preparado pela professora doutora estadunidense Andrea Ballesterio, Professora Assistente de Antropologia na *Rice University*, Houston, Texas (EUA), e aqui apresentado na forma bilíngue inglês/português com tradução pelos mestrandos do PPGDC/UFF Bruno Joviniano de Santana Silva e Tatiana Ferreira Lotfi, com revisão da também mestranda do PPGDC/UFF Maria Clara Conde Moraes Cosati. Ostentando o título *Capacidade da Agregação: Compromissos, Água e uma Forma de Cuidado Coletivo no Nordeste do Brasil* (*Capacity As Aggregation: Promises, Water And A Form Of Collective Care In Northeast Brazil*), o artigo versa sobre a criação do “Pacto das Águas”, um processo envolvendo mais de oito mil participantes reunidos em uma série de discussões públicas nas quais foram realizados compromissos de zelar pela água, observando as especificidades do contexto local do interior do Estado do Ceará, no

Brasil, examinando a forma como este coletivo foi produzido, quais foram suas unidades constitutivas e como a lógica da agregação conduziu as práticas que levaram à sua compilação.

O nosso quarto artigo é fruto da pesquisa da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria de Fatima Schumacher Wolkmer e da mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Sociedade da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Evilyn Scussel. Com o título *A Questão do “Comum” no Constitucionalismo Latino-Americano*, o artigo aborda as mudanças ocorridas nos Estados latino-americanos a partir de processos constituintes com efetiva participação popular, que, na opinião das autoras, representam a possibilidade de renovação no âmbito da política, dos mercados, dos ecossistemas e da justiça social. Nesse sentido, destaca-se a idealização de um projeto por uma nova perspectiva de desenvolvimento humano expressa no novo constitucionalismo pluralista dos países latino-americanos, representado principalmente pelas Constituições do Equador (2008) e Bolívia (2009). Assim, o objetivo do estudo consiste em analisar a aparente articulação entre o comum e os elementos inovadores no novo constitucionalismo latino-americano, em direção à construção de sistemas adequados de proteção aos bens comuns.

Já o quinto artigo foi escrito por autores vinculados à Universidade de Brasília (UnB), o mestrando André Augusto Giuriatto Ferraço e a Prof<sup>ª</sup>. Dra. Gabriela Garcia Batista Lima Moraes, ambos membros do GERN/UnB – Grupo de Estudos em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade da UnB. Seu texto é intitulado *A Função da Sadia Qualidade de Vida a Partir da Ressignificação Principlológica no Contexto de Internacionalização do Direito Ambiental*, e investiga a função do princípio constitucional da sadia qualidade de vida a partir da internacionalização das decisões do sistema interamericano de direitos humanos. Seria um garantidor de direitos humanos ou um objetivo constitucional de caráter programático? A pesquisa defende que o princípio da sadia qualidade de vida age como um elemento garantidor da conexão entre o Direito Ambiental e os direitos humanos.

A sexta contribuição deste número provém de autores vinculados à Universidade de Brasília (UnB), o professor doutor estadunidense Terrie Ralph Groth e o mestrando em Direito, Estado e Constituição, Alexandre Feliz Gross. Intitulado *Novo Constitucionalismo Latino-Americano: pluralismo e ecocentrismo nas Constituições do*

*Equador (2008) e Bolívia (2009)*, o presente estudo tem foco na ruptura com o modelo antropocêntrico no Equador – em favor de um ecocentrismo inspirado na filosofia do “bem viver” – e com a criação de um Estado Plurinacional na Bolívia para nos apresentar essas novas arquiteturas constitucionais.

Nosso sétimo artigo, da lavra da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Márcia Rodrigues Bertoldi e da mestrandia Ádria Tábita de Moraes Damasceno – respectivamente coordenadora e discente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – nos apresenta a relevante questão d’*O Princípio da Solidariedade Intergeracional como Fundamento Da Governança Transnacional Ambiental*, refletindo sobre o princípio da solidariedade intergeracional como mandamento ético e concluindo pelo caráter fundamental da tomada coletiva de decisões. Apenas desta forma a responsabilidade entre as gerações poderá vir a ser um pressuposto ético ambiental que vincule na dimensão espacial da governança transnacional o exercício de consciência e de valores solidários no acesso equitativo e uso racional dos recursos ambientais.

Já o oitavo artigo é fruto da pesquisa realizada pela Prof<sup>ª</sup>. Dra. Millena Zampieri Sellmann, professora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Abordando o tema d’*A Vedação da Edição de Medidas Provisórias que diminuam a proteção ao Meio Ambiente*, a autora questiona a adequação das espécies legislativas vigentes no ordenamento jurídico para tratamento do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, principalmente no tocante à Medida Provisória pelo risco de seu mau uso.

O nono artigo nos traz a visão de dois professores da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Santo Ângelo), o Prof. Dr. Jacson Roberto Cervi e a doutoranda Taciana Damo Cervi, com respeito à *Experimentação Científica com Animais não humanos no Brasil e o Paradigma Ecológico*. Analisando a postura de dominação do homem perante a natureza – em especial a superioridade humana na relação com os animais não humanos e seus reflexos nos experimentos científicos – indagam os professores sobre a utilidade de tais práticas e sua pertinência, analisando criticamente as inovações trazidas pela Lei Arouca, em especial quanto ao aparente conflito entre o especismo na formação universitária e os direitos animais.

Encaminhando para o décimo artigo que compõe esta edição sob o título *O Leilão do Campo de Libra: Neutralidade e Ideologia nas Decisões Sobre Recursos Naturais e Petróleo no Brasil*, nele o Prof. Dr. Clóvis Eduardo Malinverni Silveira e o mestrando Vágner Gomes Machado, ambos membros do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS), nos trazem uma análise de duas decisões proferidas pela Justiça Federal em sede de Ações Populares ajuizadas com o fito de suspender o leilão de outorga do direito de exploração de petróleo no Campo de Libra, no ano de 2013. Sem entrar no juízo de mérito das ações, o objetivo do estudo foi analisar o texto dos julgados de maneira a compreender o papel desempenhado por elementos de convicção política em assuntos relativos a recursos naturais no Brasil.

O tema da superação da pobreza para a efetivação dos Direitos Humanos como um dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* é o fio condutor da décima primeira contribuição desta edição, apresentada por dois pesquisadores da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Maria D'Ávila Lopes e o estudante Luiz Haroldo Pereira dos Santos Júnior. Os investigadores abordam a superação da pobreza – em especial a pobreza extrema – como uma condição para o efetivo desfrute de direitos humanos através de um desenvolvimento inclusivo. Para tanto, fazem uso de fontes bibliográficas e documentos políticos e normativos internacionais, apontando a importância de se trabalhar com um aspecto multidimensional, abrangendo não apenas o âmbito econômico, mas também o social e o político, requerendo medidas abrangentes para a realização dessa aspiração.

O décimo segundo e penúltimo artigo desta edição, com o título *Do Crescimento Econômico à Justiça Ambiental: o Diálogo Entre o Direito Ambiental e a Economia a Partir do Pensamento Complexo*, é fruto da colaboração entre professores-pesquisadores da Universidade de Marília (UNIMAR), o Prof. Dr. Valter Moura do Carmo e o doutorando Ewerton Ricardo Messias. No artigo, os autores buscam analisar a distinção entre os conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e justiça ambiental; a interação entre o Direito Ambiental e a Economia no paradigma da justiça ambiental, e qual a finalidade de tal interação, tendo como sistema de referência uma combinação da Teoria da Complexidade de Edgar Morin com o *Law and Economics* de Richard A. Posner. Ao final, apontam para a necessidade de um novo

modelo de desenvolvimento, baseado na transdisciplinaridade, como forma de superação do estado de caos ambiental instalado.

Nosso décimo terceiro e último artigo deste número 11 da RCJ traz uma questão fundamental para uma situação em que a vida real simplesmente ignora as fronteiras geográficas traçadas politicamente em um mapa. Com o título *Gestão Integrada de Recursos Hídricos Transfronteiriços na Pan-Amazônia*, dois pesquisadores, o doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Almir César Pozzetti e o Prof. Dr. Leonardo Leite Nascimento, professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), lograram analisar o Direito Internacional e as principais normas jurídicas de tutela das águas do Brasil, da Colômbia e do Peru. Objetivam verificar suas aplicabilidades à governança integrada do Rio Amazonas, maior rio transfronteiriço do mundo, instados pela constatação de que os países da Pan-Amazônia têm encontrado dificuldades para viabilizar a gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH), apesar de terem firmado, há 40 anos, o Tratado de Cooperação Amazônica e de disporem de normas de Direito de Águas nos respectivos territórios.

Passando à seção *Entrevista*, os professores doutores Enzo Bello (nosso Editor-Chefe) e Gladstone Leonel Jr., ambos docentes do PPGDC/UFF, entrevistaram, na sede da Universidade Andina Simón Bolívar (UASB), em Quito (Equador), Catherine Walsh, professora sênior e diretora/fundadora do Doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos daquela instituição. As respostas da Professora Walsh às cinco perguntas propostas pelos pesquisadores brasileiros nos levam a reflexões profundas sobre vários temas, tais como um balanço sobre a efetividade da Constituição de Montecristi no marco dos seus 10 anos; o tratamento conferido à questão ambiental em tempos de extrativismo do agronegócio; a possível ampliação da proteção ao meio ambiente através do tratamento constitucional da natureza como sujeito de direitos; as relações entre os povos afros e a proteção da natureza em meio a disputas por territórios com empresas multinacionais que tem ingressado fortemente na América Latina, sobretudo para fins de exploração de recursos naturais; as políticas públicas e os graus de implementação das normas constitucionais sobre interculturalidade nos campos da educação, da política e dos direitos humanos. Leitura recomendada!

Na seção *Comentário Legislativo*, a dupla de pesquisadores do PPGDC/UFF composta pelo Prof. Dr. Pedro Curvello Saavedra Avzaradel e pelo mestrando Felipe Moretti Laport analisa o Projeto de Lei da Câmara nº 3.729/2004, que já tramita há praticamente quinze anos, e que pretende estabelecer uma norma geral sobre o instituto do licenciamento ambiental - um tema extremamente complexo, altamente controverso e pouco compreendido. No que tange ao papel das chamadas “condicionantes ambientais” do referido Projeto de Lei, afirmam os autores que tratar-se-iam de um autêntico “cheque em branco” para os órgãos ambientais licenciadores. Apesar de se tratar de análise de proposta de *lege ferenda*, o acompanhamento das movimentações legislativas se faz cada vez mais necessário como forma de exercício pleno de cidadania.

Passamos então à seção *Resenhas*, desta vez composta por oito contribuições preparadas por acadêmicos de Direito (bacharelados) da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Na primeira resenha os acadêmicos Bruno Henrique de Souza Nunes e Matheus Guimarães apresentam o livro “O Acaso e o Desencontro: das Manifestações de 2013 ao Golpe de 2016”, de Marcus Giralde; em sequência, as graduandas Luana Ivens e Laura Perez fazem uma resenha crítica sobre o livro “Dominação e Resistência – Desafios para uma Política Emancipatória”, de autoria de Luis Felipe Miguel; a terceira resenha é fruto do trabalho das graduandas Ana Gabriela Basdão Moreira e Vânia Costa, que nos apresentam sua leitura da obra de Francisco de Oliveira, “Brasil: uma Biografia Não Autorizada”; na esteira, as discentes Larissa Macedo e Luisa Burkle resenham o livro “A Liberdade é uma Luta Constante”, de Angela Davis; na mesma linha, a dupla formada por Juliana Andrade e Diogo Lana mergulha na obra de Marcos Vinícius Lustosa Queiroz e apresentam sua resenha do livro “Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro: A Experiência Constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana”; seguimos com as impressões de Eleine Beatriz Ferraresso Cardoso De Souza e Pedro Gadelha Alves, que analisam o livro “Corrosão do Caráter: o Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo”, de Richard Sennett; já encaminhando para o final da seção, as bachareladas Julia Martins Fonseca e Luciana Dos Santos Magalhães trazem sua resenha crítica do livro “Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil”, de

Flávia Biroli; finalmente, a dupla de jovens pesquisadores Caio Augusto e Dafne Gomes nos apresenta sua resenha crítica do livro “O Estado e a Revolução, de Vladimir Lenin.

Agradecemos aos jovens que começam a trilhar o caminho da pesquisa e os convidamos a continuar colaborando sempre que desejarem.

Encerrando esta edição da RCJ, apresentamos o resumo das dissertações defendidas no período pelos então discentes do PPGDC, agora Mestres em Direito Constitucional. Parabenizamos os egressos **Jônatas Henriques Barreira** (*Descentralização Administrativa e Federalismo nos Serviços de Água e Esgoto: um Estudo da Região Sudeste*, dissertação elaborada sob orientação do Prof. Dr. André Saddy), **Denise de Almeida Guimarães** (*Políticas de Austeridade e as Reformas Trabalhistas Transatlânticas: os Casos Brasil e Espanha*, dissertação preparada sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Manuel Val), **Dalton Robert Tibúrcio** (*O controle político congressional sobre os atos normativos das agências reguladoras no Brasil*, dissertação orientada pelo Prof. Dr. Cassio Casagrande), **Bernardo Margulies Cavalcanti** (*O Programa Bolsa Família: Um estudo sobre a sua natureza política e jurídica*, dissertação realizada sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Lagreca Casamasso), **Fabio Paulo Reis de Santana** (*Economia Colaborativa e Administração Pública: Limites e Possibilidades*, dissertação orientada pela Prof. Clarissa Brandão) e **Pablo Ronaldo Gadea de Souza** (*A terra como elemento neurálgico da identidade indígena: a violação dos direitos coletivos territoriais dos povos indígenas e seu tratamento no âmbito do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos*, dissertação orientada pelo Prof. Dr. Eduardo Manuel Val), e desejamos sucesso em suas futuras pesquisas!

Como sempre, finalizamos o editorial agradecendo aos autores e às autoras que prestigiam esta publicação confiando-nos suas pesquisas. A esta confiança, somente podemos retribuir fazendo por merecê-la mediante a busca incessante por um alto padrão de qualidade editorial de forma a poder contribuir com o trabalho intelectual e as pesquisas de nossos leitores – estes a razão de todo o trabalho.

Reiteramos também o convite a todas e todos a publicarem seus trabalhos na Revista Culturas Jurídicas, uma publicação que está sempre de portas abertas à geração de conhecimento que fortaleça a dialética entre as diversas culturas jurídicas.

Niterói, 24 de Novembro de 2018.

**Prof. Dr. Enzo Bello**

Editor-Chefe da RCJ

**Mestre Pablo Ronaldo Gadea de Souza (doutorando U. Nova de Lisboa)**

Editor-Assistente da RCJ

**Mestranda Anne Nimrichter Oliveira**

Editora-Assistente da RCJ

**Mestranda Karina Freire**

Editora-Assistente da RCJ

**Mestranda Maria Clara Conde Moraes Cosati**

Editora-Assistente da RCJ

**Mestrando Renato Barcellos**

Editor-Assistente da RCJ

**Mestranda Thaiana Conrado Nogueira**

Editora-Assistente da RCJ